

Acordo do governo com FMI pode ajudar na negociação sobre o total da dívida

por Celso Pinto
de Londres

A conclusão de um acordo sobre os atrasados com os bancos comerciais abre, agora, uma nova questão: será necessário concluir um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) antes de fechar um acerto com os bancos sobre o estoque da dívida?

Anthony Davies, gerente-geral da divisão bancária internacional do Lloyds Bank, acha que a questão de um acordo com o fundo é importante. "Os bancos terão que acompanhar o desempenho da economia brasileira e um acordo com o FMI seria muito útil", disse Davies a este jornal.

O Lloyds, com cerca de US\$ 1,8 bilhão em empréstimo ao Brasil, é junto com o Midland Bank, o maior credor britânico do País, com assento no Comitê de Bancos Credores de Nova York.

Davies se disse estar "encantado" com o acordo obtido para os atrasados. "Foi um progresso muito bem recebido", classificou. Ele acha que os termos finais foram "realistas", adequados para ambos os lados e abriu espaço para "boa vontade" nas discussões sobre o estoque da dívida — a parte mais importante é, provavelmente, mais difícil.

A discussão sobre o estoque da dívida só vai ser aberta quando o negociador brasileiro, Jório Dauter, voltar a Nova York com esse objetivo, o que ainda não está definido. Até lá, é difícil imaginar os termos em que a conversa será aberta. O Brasil, como se sabe, está pagando 30% dos juros devidos neste ano como um gesto unilateral de boa vontade.

Não é improvável supor que o lado brasileiro vá querer usar o pagamento de 30% devido como um ponto de referência para as discussões sobre o principal. Os bancos, contudo, certamente relutariam em aceitar uma idéia desse tipo. O mais provável é que os bancos usem os acordos fechados com outros grandes credores, como o México e a Venezuela, como parâmetro para a negociação com o Brasil.

Se os bancos quiserem

externa
vincular um acordo sobre o principal ao fechamento prévio de um acordo com o FMI, a questão poderá arrastar-se durante muito tempo. A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, deixou claro, em Paris, na semana passada, que não tem nem idéia sobre quando poderá começar a discutir um acordo com o Fundo.

Ela acha que a discussão só deverá ser aberta quando as condições macroeconômicas do País estiverem mais estáveis. Um ponto crucial será a discussão da taxa de inflação embutida nas metas que o Fundo deverá fixar num acordo com o Brasil. A ministra acha, realisticamente, que o melhor que se poderá esperar é manter a inflação mensal em um dígito. O Fundo, certamente, vai querer resultados muito mais ambiciosos.

Se o acordo rascunhado no ano passado com o FMI tivesse sido levado adiante, ele teria sido suspenso ao final do primeiro trimestre de vigência — abrindo uma crise na relação do País com a instituição e com os bancos privados. O acordo embutia uma inflação média de apenas 4% ao mês no último trimestre do ano passado, largamente superada pela realidade.

Quando conversou com o presidente do Banco da França e ex-diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosiére, na semana passada, a ministra foi aconselhada a abrir rapidamente uma negociação com o Fundo. A ministra, segundo Larosiére, deve contar com a capacidade e conhecimento do Brasil de alguns técnicos do Fundo para tentar obter termos razoáveis para um acordo.

Como o pagamento de parte dos atrasados está vinculado ao fechamento de um acordo sobre o principal, o Brasil manteve o interesse dos bancos em não adiar as discussões sobre esse acordo. A questão do FMI, contudo, poderá ser o próximo ponto complicado a ser discutido. Em qualquer hipótese, ninguém imagina que um acordo entre o estoque da dívida possa ser concluído antes de vários meses de negociações.